

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

**NOTA  
TÉCNICA | 21**

# **DEMOGRAFIA**

**Indicadores Socioeconômicos do Espírito Santo**

**PNAD 2009**

Economia do Setor Público e do Bem-Estar

Magnus William de Castro  
Antônio Freislebem da Rocha  
Jaqueline S. Costa  
Lorena Zardo Trindade  
Tatiana Kolodin Ferrari



# Sumário

Apresentação.....	06
1. Introdução.....	07
1.1. Tendências Recentes do Crescimento Populacional no Espírito Santo.....	08
1.2. Dinâmica Demográfica do Espírito Santo .....	13
Natalidade e Fecundidade .....	13
Mortalidade.....	16
Migração .....	17
1.3. Mudanças na Estrutura Etária da População Capixaba.....	19
2. Referências Bibliográficas.....	24
Apêndice .....	25



# Apresentação

O Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN tem a finalidade de produzir conhecimento social, econômico e territorial sobre o Estado do Espírito Santo para subsidiar os gestores públicos na formulação e na avaliação de políticas públicas.

Neste ano, o IJSN divulga uma série de quatro Notas Técnicas sob o título "Pnad 2009 - Indicadores Socioeconômicos do Espírito Santo", que discutirão, com detalhamento dos dados e comparação das séries históricas, a evolução dos indicadores socioeconômicos referentes ao Estado no período de 2001 a 2009.

A série de Notas Técnicas abordará áreas como demografia, educação, e mercado de trabalho, além de tratar de arranjos familiares, situação dos domicílios, renda, desigualdade e classes sociais.



## 1. INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX a população do Espírito Santo foi marcada por transformações significativas no que diz respeito ao seu crescimento e a sua composição. Em sessenta anos, o número de habitantes do Estado passou de aproximadamente 1,0 milhão para 3,5 milhões de habitantes, o que indica um crescimento médio de 2,1% ao ano<sup>1</sup>. Acompanhado de rápidas mudanças no comportamento de suas variáveis determinantes, esse crescimento revelou-se parte do processo de transição demográfica, em que a composição da população deixa de ser predominantemente jovem para tornar-se progressivamente envelhecida<sup>2</sup>.

Nesse contexto, este estudo procura descrever o novo quadro evolutivo da população do Espírito Santo além do tradicional enfoque a questões ligadas à magnitude do crescimento populacional, no intuito de prover parâmetros adequados para o entendimento da dinâmica demografia estadual no período recente. Apresentam-se inicialmente as atuais tendências do crescimento populacional do Estado, destacando-se o crescimento da população urbana que, atualmente, já constitui o segmento majoritário do efetivo demográfico estadual. Em seguida, dedicar-se-á atenção à dinâmica demográfica estadual, tratando de cada um de seus componentes: fecundidade, mortalidade e migração interna. Por último, serão analisadas as principais mudanças em curso na estrutura etária da população capixaba, bem como as conseqüentes modificações em termos de demandas sociais.

Para a construção dos dados aqui apresentados foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do período de 2001 a 2009 (Ver Quadro 1.1).

### Quadro 1.1 - Censo Demográfico versus PNAD

*O número de residentes de um território geográfico pode ser determinado por meio de censos demográficos ou estimativas populacionais.*

*Os censos demográficos são contagens populacionais sistemáticas e periódicas em que as variáveis coletadas devem corresponder, cada uma, a um indivíduo isolado. O censo demográfico deve preencher os seguintes requisitos: respaldo legal – o controle dos critérios pelo Estado de direito (e em última análise pela sociedade civil), daria ao censo o caráter oficial e impessoal de seu procedimento; periodicidade – a realização da contagem em intervalos de tempo permitira o emprego da análise longitudinal, ou seja, das chamadas séries históricas, transformando o censo em subsídio para o planejamento do desenvolvimento econômico; simultaneidade – a contagem deve ser realizada num mesmo intervalo de tempo, o qual tem melhor qualidade de dados quanto menos for; limitação territorial – a contagem deve ser realizada em um território definido; limitação temporal – a contagem deve corresponder a um dado intervalo de tempo; enumeração individual de todos os elementos da população – as características coletadas devem corresponder, cada uma, a um indivíduo isolado. Um indivíduo não pode apresentar mais de uma observação para uma dada característica.*

<sup>1</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>2</sup> De acordo com dados do Censo Demográfico de 1950 e da PNAD 2009, a população jovem (0 a 14 anos) passou por constantes reduções em relação à população total (44,6% em 1950; 24,1% em 2009), enquanto a população idosa (65 anos ou mais) apresentou constantes aumentos de participação (1,7% em 1950; 7,1% em 2009). Por sua vez, a população em idade ativa (15 a 64 anos) apresentou elevações de sua participação na população total (53,3% em 1950; 68,7% em 2009).

*As estimativas populacionais são utilizadas quando se quer saber o montante populacional em um período de observação situado entre dois censos e geralmente são calculadas com base em dados amostrais. Assim, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é uma alternativa ao censo demográfico quando se trata de medir o tamanho populacional. Em um paralelo com o censo, que apresenta medidas universais da população, a PNAD apresenta medidas aproximadas com base em um subconjunto do universo da população.*

## 1.1. Tendências Recentes do Crescimento Populacional no Espírito Santo

No que se refere ao contexto regional no qual o Espírito Santo está inserido, verifica-se convergência ao crescimento populacional na ordem de 1,45% ao ano para o Brasil no período de 2001 a 2009 e de 1,03% ao ano para a região Sudeste. No Brasil, as estimativas populacionais anuais realizadas com base nos dados amostrais da PNAD apontavam uma evolução populacional de 171 milhões de habitantes, em 2001, para 191 milhões em 2009 (Figura 1.1). Na região Sudeste, a expansão foi de 74,2 milhões de habitantes, em 2001, para 80,5 milhões em 2009. Quando os dados populacionais do Censo Demográfico 2010 são analisados, percebe-se tendência coerente aos dados da PNAD: o Brasil atingiu população de 190,3 milhões de habitantes em 2010, ante 169,8 milhões em 2000 e; a região Sudeste registrou 80,2 milhões de habitantes, ante 72,4 milhões em 2000 (Figura 1.2).

Nesse quadro, a população do Espírito Santo também registrou aumento populacional. De acordo com os dados da PNAD apresentados na figura 1.1, a população estadual passou de 3,18 milhões de habitantes, em 2001, para 3,48 milhões em 2009. Entre 2000 e 2010, segundo dados censitários, houve expansão de 415 mil habitantes e a população capixaba atingiu 3,51 milhões de habitantes em 2010, ante 3,10 milhões em 2000 (Figura 1.2). Esses números indicam crescimento médio de 1,15% ao ano da população residente no Estado, quando considerado o período entre 2001 e 2009, e 1,27% ao ano entre 2000 e 2010.

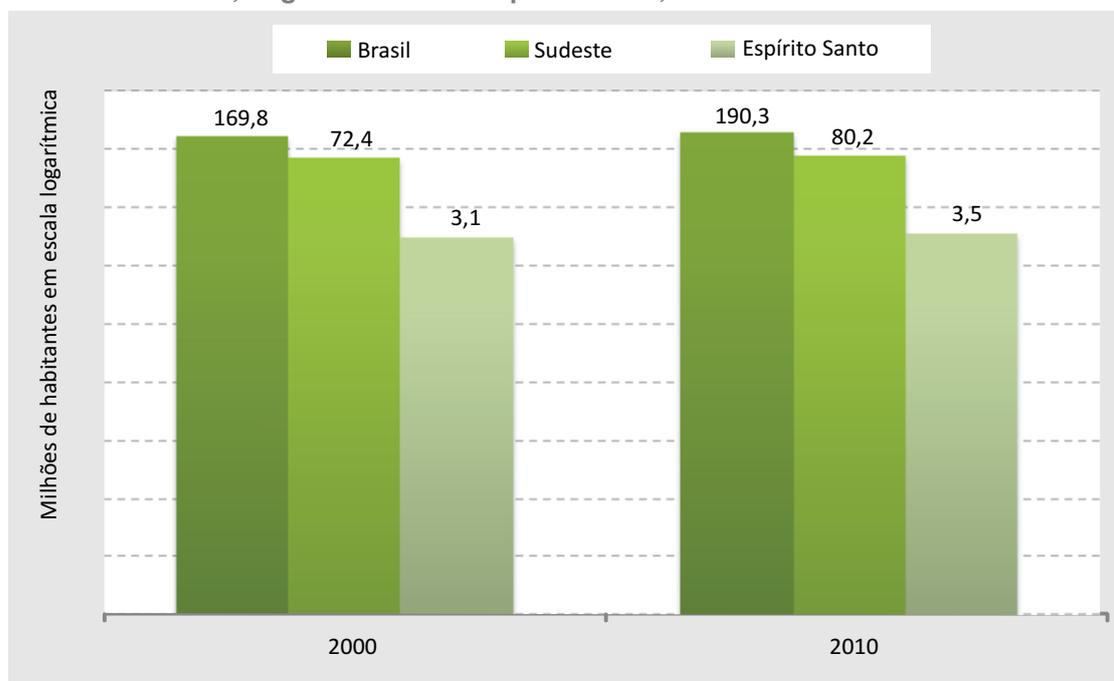
**Figura 1.1 - Evolução anual da população residente:  
Brasil, Região Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: IBGE - PNAD (2001 a 2009).

Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

**Figura 1.2 - População residente censitária:  
Brasil, Região Sudeste e Espírito Santo, 2000 e 2010**



Fonte: IBGE - PNAD (2001 a 2009).

Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

Quando comparado às décadas anteriores, o crescimento populacional de 1,27% ao ano da população capixaba entre o período de 2000 a 2010 apresenta-se como parte de uma tendência de diminuição do ritmo de expansão populacional. Iniciada em 1950, ao atingir média de 3,38% ao ano, essa tendência deve permanecer nos próximos anos segundo projeções do IBGE, quando a população capixaba poderá variar em 0,43% ao ano no período de 2020 a 2030 (Figura 1.3).

Concomitantemente a essa redução do ritmo de crescimento da população ocorreu aumento da participação da população urbana no contingente populacional: se em 1950 a maior parte da população do Espírito Santo residia em área rural (78,2%), em 1980 era a população urbana a maioria (63,9%) (Figura 1.3). Esse processo de urbanização da população capixaba, dado pela constante elevação da taxa de urbanização permanece no período recente. Entre 2001 e 2009, o grau de urbanização da população estadual aumentou de 81,0% para 82,6% (Figura 1.4).

**Figura 1.3 - Taxa de crescimento anual da população e taxa de urbanização<sup>3</sup>: Espírito Santo, 1950 a 2030**



Fonte: IBGE - PNAD (2001 a 2009).

Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

A tabela 1.1 mostra que a população feminina passou de 51,0% para 50,8%, entre 2001 e 2009. Portanto, o Espírito Santo ficou mais urbano e manteve-se mais feminino. Nota-se que a predominância feminina não é um fato urbano, pois as mulheres das áreas urbanas representam 38,8% da população, contra 42,2% dos homens, enquanto no meio rural os homens representam 8,8% da população, contra 10,3% das mulheres.

<sup>3</sup> A taxa de urbanização é um indicador que mede a parcela da população que reside em áreas urbanas.

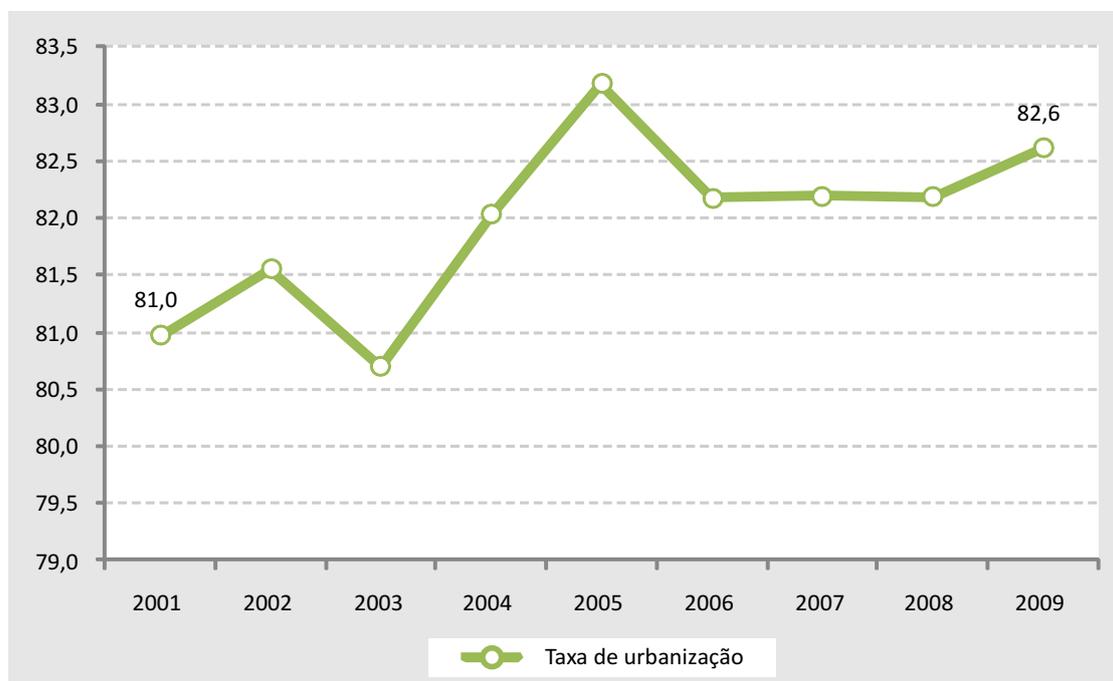
**Tabela 1 - População total residente, por gênero, situação do domicílio e tamanho do município de residência: Espírito Santo, 2001 e 2009**

População residente	2001	%	2009	%
<b>Total</b>	3.176.020	100,0	3.479.636	100,0
Homens	1.559.183	49,1	1.712.588	49,2
Mulheres	1.618.653	51,0	1.767.048	50,8
<b>Total urbano</b>	2.571.586	81,0	2.874.535	82,6
Homens	1.339.125	42,2	1.476.227	42,4
Mulheres	1.233.369	38,8	1.398.308	40,2
<b>Total rural</b>	604.434	19,0	605.101	17,4
Homens	279.528	8,8	290.821	8,4
Mulheres	325.814	10,3	314.280	9,0
<b>Total grandes municípios</b>	1.788.827	56,3	2.024.553	58,2
Homens	867.629	27,3	989.271	28,4
Mulheres	922.106	29,0	1.035.282	29,8
<b>Total pequenos municípios</b>	1.387.193	43,7	1.455.083	41,8
Homens	691.554	21,8	723.317	20,8
Mulheres	696.547	21,9	731.766	21,0

Fonte: IBGE - PNAD (2001 a 2009).

Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

**Figura 1.4 - Taxa de urbanização: Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: IBGE - PNAD (2001 a 2009).

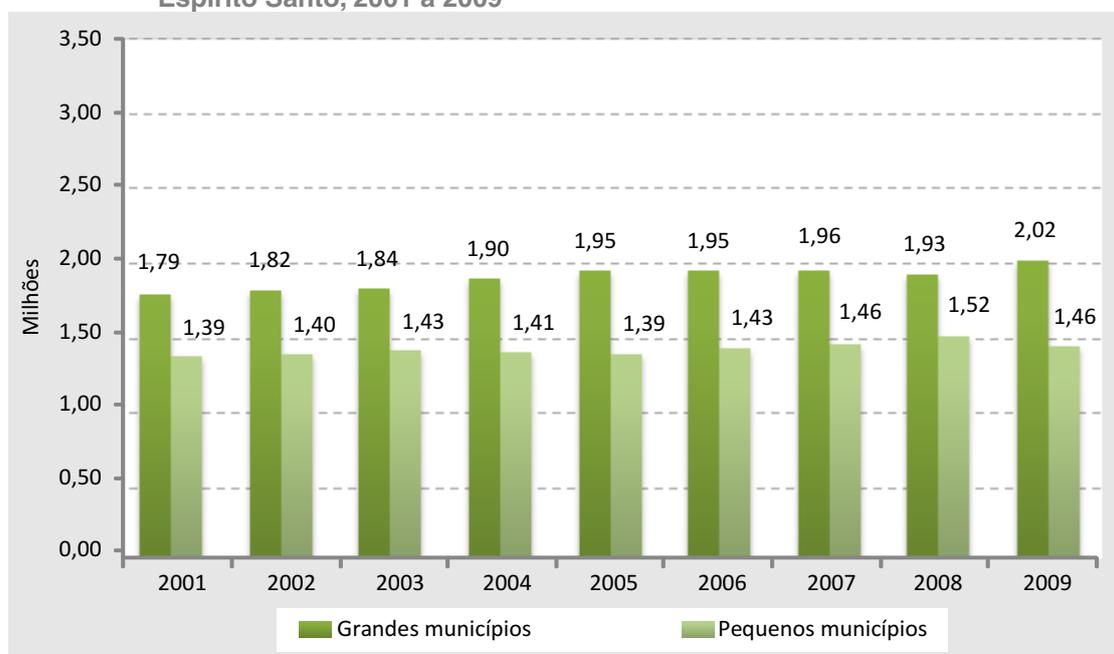
Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

Em tese, a urbanização contribui para a melhoria do bem-estar da população uma vez que a parcela da população que reside em áreas urbanas possui maior acessibilidade aos bens públicos, serviços básicos de infra-estrutura urbana (água tratada, saneamento bási-

co, coleta de lixo) e serviços sociais (educação, saúde, etc.). Contudo, no caso brasileiro, deve-se utilizar essa relação de causalidade com cuidado em função de dois fatores: (i) o conceito de urbano adotado pelo IBGE, que considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), independentemente de suas características, aumenta o grau de urbanização do país ao contabilizar pequenos municípios de base rural como áreas urbanas; (ii) por se tratar de uma região em desenvolvimento, a oferta de serviços na maioria das áreas urbanas é, em geral, deficitária (JANNUZZI, 2006; MARTINE, 2007).

Nesse caso, o porte populacional da unidade geográfica analisada torna-se um indicativo importante da disponibilidade ou não de bens e serviços públicos, seja pela escala requerida, seja pelos recursos financeiros existentes. A figura 1.5 apresenta a população do Espírito Santo dividida em residentes de grandes municípios<sup>4</sup> e residentes de pequenos municípios<sup>5</sup>.

**Figura 1.5 - Evolução anual da população residente por tamanho do município: Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: IBGE - PNAD (2001 a 2009).

Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

Durante o período 2001-2009, no Espírito Santo, a população residente em grandes municípios aumentou de 1,79 milhões de habitantes para 2,02 milhões. Nesse período, a participação relativa da população residente em grandes municípios aumentou de 56% para 58% (Tabela 1.1). Portanto, a parcela da população capixaba com maior acessibilidade aos bens públicos, serviços básicos de infra-estrutura urbana e serviços sociais, apesar de ainda ser superior a 50%, seria menor quando estimada por meio do critério de residência em grandes municípios.

<sup>4</sup> Municípios considerados auto-representativos, ou seja, estratos geográficos dentro dos quais o plano amostral é igual ao utilizado nos municípios das regiões metropolitanas, isto é, conglomerado em dois estágios, com os setores como unidades primárias de amostragem e os domicílios como unidades secundárias de amostragem.

<sup>5</sup> Municípios considerados não auto-representativos, ou seja, estratificados por tamanho e proximidade geográfica, buscando formar estratos com população total aproximadamente igual, conforme os dados do último censo demográfico.

## 1.2. Dinâmica Demográfica do Espírito Santo

Apesar da dificuldade de se estabelecer tendências da dinâmica demográfica estadual em um curto período de tempo, os dados populacionais referentes ao período de 2001 a 2009 permitem o entendimento do contexto demográfico no qual o Espírito Santo está inserido. Assim, uma vez que os determinantes do tamanho populacional de um país ou região são seus respectivos níveis de natalidade, mortalidade e migração, esta seção tem o objetivo de explicar, por meio do comportamento dessas variáveis, o quadro evolutivo da população capixaba, caracterizado pela diminuição do seu ritmo de crescimento.

### *Natalidade e Fecundidade*

A taxa bruta de natalidade (TBN), geralmente expressa em termos de mil habitantes, é o indicador demográfico que representa a razão entre o total de nascimentos ocorridos ao longo de um ano e a população estimada no meio do período.

De acordo com Jannuzzi (2006) esta medida é importante para a formulação de políticas na medida em que estabelece os parâmetros básicos para dimensionamento da população futura, consumidora de bens e serviços – públicos e privados – e dos públicos-alvo das políticas sociais. Taxas de natalidade elevadas são típicas de países e regiões com estrutura etária jovem e mortalidade infantil elevada: os países africanos apresentaram TBN de 35,8 nascidos vivos por mil habitantes em 2010, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse caso, as políticas sociais mais demandadas devem concentra-se na atenção à saúde materno-infantil e na oferta de vagas em creches e ensino básico. Taxas de natalidade mais baixas ou intermediárias, como as dos países da América Latina e Caribe (17,7 nascidos vivos por mil habitantes em 2010), indicam necessidade de expansão menos acelerada na construção de escolas e postos de saúde, mas, em contrapartida, apontam para a necessidade de oferta crescente de serviços urbanos, habitação e emprego, demandas associadas ao avanço da urbanização. Taxas de natalidade muito baixas são típicas de países com estrutura etária mais envelhecida, onde ênfase da política social desloca-se para áreas de Assistência e Previdência Social: nos países europeus a taxa de natalidade em 2010 foi estimada em 10,4 nascidos vivos por mil habitantes.

Inserido em um território com taxas de natalidade intermediárias, o Espírito Santo apresentou declínio no período de 2001 a 2009 ao passar de 19,7 para 16,5 nascidos vivos por mil habitantes (Tabela 1.1), nível próximo à média nacional e acima apenas dos estados da região Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), dos demais estados da região Sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) e de Goiás (Tabela A.1 do Anexo).

**Tabela 1.1 - Taxa bruta de natalidade (TBN): Brasil e Espírito Santo, 2001 a 2009**

TBN	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	20,9	21,0	20,9	20,6	20,4	17,3	16,7	16,2	15,8
Espírito Santo	19,7	19,5	19,3	18,2	17,9	17,5	17,2	16,9	16,5

Fontes: Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02), População e Desenvolvimento: Sistematização das Medidas e Indicadores Sociodemográficos Oriundos da Projeção da População por Sexo e Idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o Período 1991/2030; e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Um dos determinantes do nível da taxa de natalidade é a taxa de fecundidade total (TFT). Entendida como número médio de filhos nascidos vivos tidos por uma mulher, por faixa etária específica do período reprodutivo (15 a 49 anos), a TFT da população brasileira apresentou, no longo prazo, tendência de queda: em 1950 a taxa de fecundidade total era de 6,2 filhos por mulher e em 2000 de 2,30, de acordo com dados do IBGE. Seguindo essa tendência, no período entre 2001 e 2009 foi registrada no Brasil queda de 2,38 filhos por mulher, em 2001, para 1,94 em 2009. Nesse mesmo período, o Espírito Santo também apresentou queda da TFT. Com 2,16 filhos por mulher em 2001, a população capixaba registrou, a partir de 2002, nível de fecundidade abaixo da taxa de reposição (2,1 filhos por mulher) e atingiu, em 2009, 1,88 filhos por mulher. Esse valor foi inferior à média dos registros nacionais, mas superiores à da região Sudeste (Tabela A.2 do Anexo).

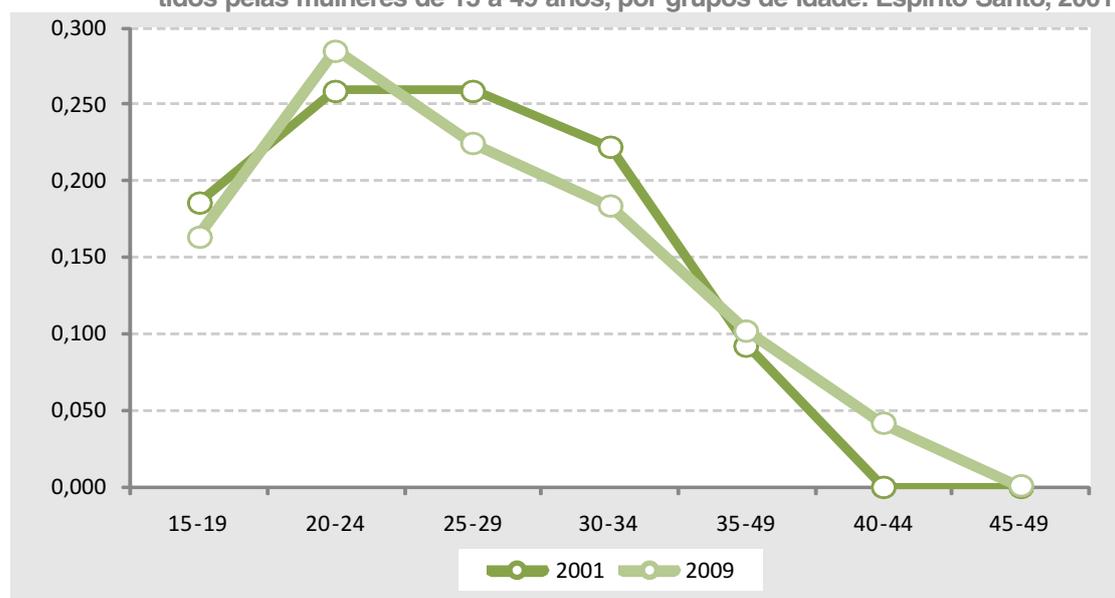
**Tabela 1.2 - Taxa de fecundidade total (TFT), Brasil e Espírito Santo, 2001 a 2009**

TFT	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	2,38	2,40	2,30	2,30	2,29	2,00	1,95	1,89	1,94
Espírito Santo	2,16	2,10	2,07	1,99	1,96	1,93	1,88	1,72	1,88

Fontes: Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02), População e Desenvolvimento: Sistematização das Medidas e Indicadores Sociodemográficos Oriundos da Projeção da População por Sexo e Idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o Período 1991/2030; e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Essa queda da taxa de fecundidade no Espírito Santo foi acompanhada por alterações no perfil etário da fecundidade da população feminina, que se tornou menos tardio entre 2001 e 2009. De acordo com a intensidade de fecundidade a que as mulheres estão sujeitas em cada grupo etário do período reprodutivo (de 15 a 49 anos de idade) apresentada na figura 1.6, em 2001, a cúspide pertencia aos grupos etários de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos, que representam 31% das mães dessa área. Em 2009, a faixa etária detentora da maior taxa específica de fecundidade foi a de 20 a 24 anos (15,8% das mães).

**Figura 1.6 - Número de filhos tidos, nascidos vivos, no período de referência de 12 meses, tidos pelas mulheres de 15 a 49 anos, por grupos de idade: Espírito Santo, 2001 a 2009**

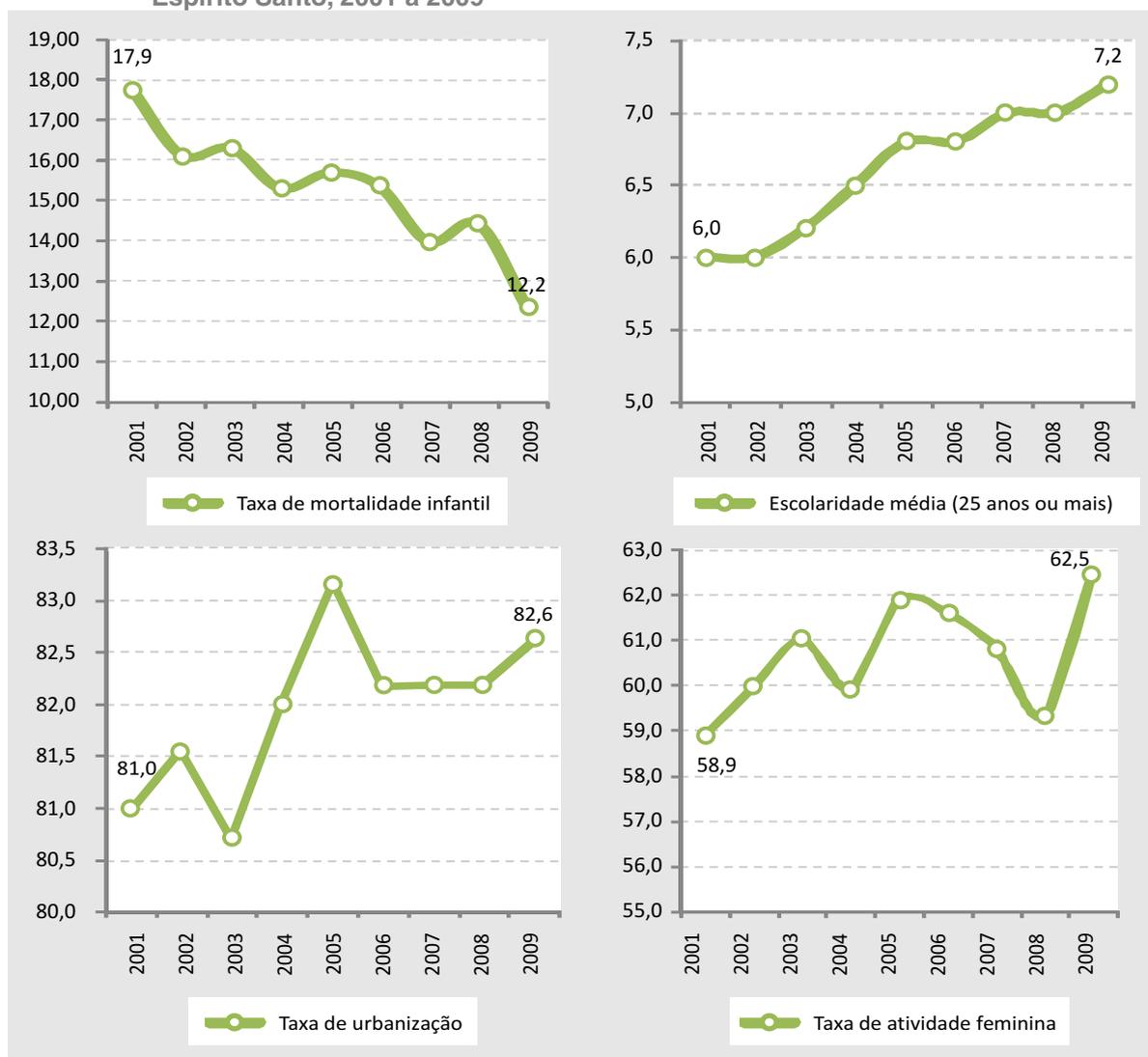


Fonte: IBGE - PNAD (2001 a 2009).

Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

Os fatores que geralmente explicam a redução do nível de fecundidade são: redução da mortalidade infantil, melhoria do nível educacional, ampliação do uso de métodos contraceptivos, urbanização crescente e maior participação da mulher na força de trabalho. Nesse sentido, a figura 1.7 mostra que concomitante à queda da fecundidade no Espírito Santo entre 2001 e 2009 a taxa de mortalidade infantil apresentou declínio de 17,9 mortes por mil nascidos vivos para 12,2 e; a escolaridade média da população de 25 anos ou mais se elevou de 6,0 anos de estudo para 7,2. No que se refere ao uso de métodos contraceptivos, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS-2006), 81,6% das mulheres brasileiras de 15 a 44 anos utilizavam algum tipo de método em 2006, valor superior em 3,7 p.p. ao registro de 1996 (77,9%). A taxa de urbanização manteve-se em patamar elevado e crescente, como já apresentado na seção anterior, e; a taxa de atividade feminina aumentou de 58,6% para 62,5%.

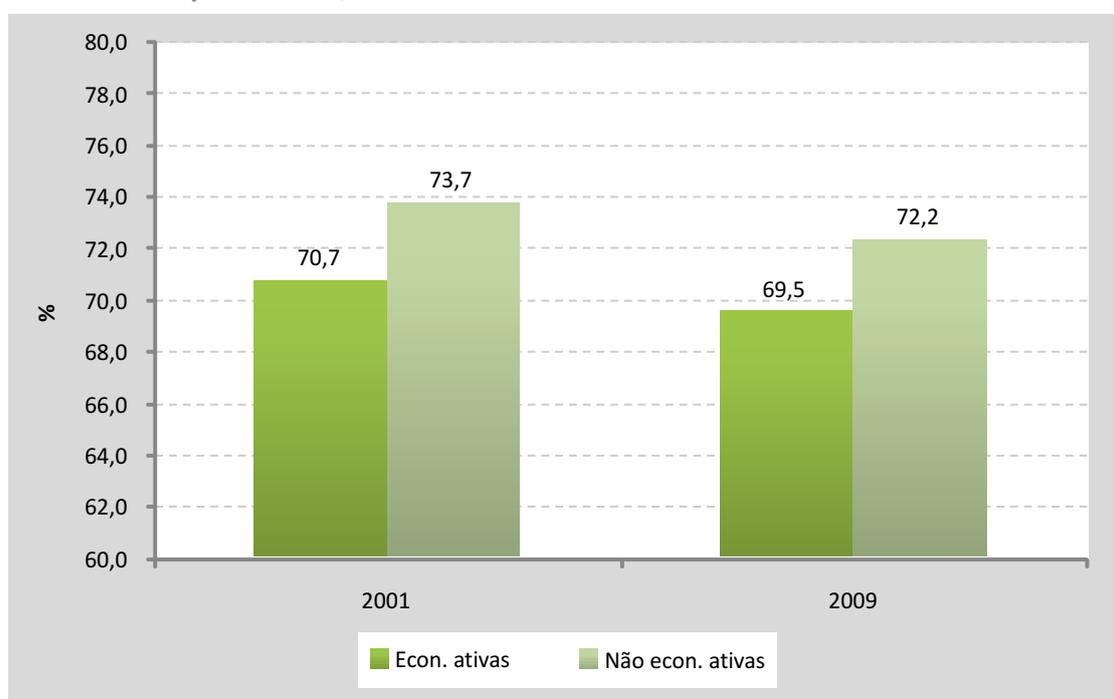
**Figura 1.7 - Evolução dos fatores determinantes da redução do nível de fecundidade: Espírito Santo, 2001 a 2009**



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM - DATASUS/ SESA. IBGE - PNAD (2001 a 2009).  
 Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

Segundo Bruschini (1998), a presença de filhos é um elemento que interfere na participação feminina no mercado de trabalho uma vez que a responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família e a insuficiência de equipamentos coletivos como as creches limitam a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos forem insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil. A atividade econômica feminina costuma, por isso, ser inferior entre as mães: em 2001, 73,7% das mulheres não-economicamente ativas com mais de 15 anos possuíam filhos enquanto do total de mulheres economicamente ativas 70,7% possuíam filhos.

**Figura 1.8 - Representatividade das mulheres de 15 anos ou mais de idade que tiveram filhos nascidos vivos por condição de atividade na semana de referência, Espírito Santo, 2001 e 2009**



Fonte: IBGE - PNAD (2001 a 2009).

Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

## Mortalidade

Um bom indicador da mortalidade em todas as idades é a esperança de vida ao nascer (Eo). Definido como o número médio de anos que se espera que um recém-nascido possa viver em uma dada sociedade, esse indicador considera as probabilidades de sobrevivência registradas no momento presente para cada faixa etária, contabilizando, além dos riscos da mortalidade infantil, todo o histórico de mortalidade de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos (JANNUZZI, 2006). Por se tratar de uma síntese da mortalidade ao longo de todo o ciclo de vida dos indivíduos, a utilização da esperança de vida como indicador de mortalidade é vantajosa na medida em que

permite comparação entre populações distintas, sem influência das diferenças entre suas respectivas estruturas etárias, como acontece com a taxa bruta de mortalidade<sup>6</sup>.

Por definição, ganhos em anos vida indicam diminuição do nível de mortalidade. Assim, qualquer aumento da esperança de vida apresentado pelo Espírito Santo é reflexo de uma redução do risco de morte em alguma faixa etária de sua população.

Entre 2001 e 2009, a vida média do capixaba aumentou em 3,8 anos e atingiu 74,3 anos em 2009. Nesse período percebe-se, no Estado, convergência da esperança de vida ao nascer em relação aos crescentes níveis atingidos pela população brasileira, que apresentou aumento de 4,2 anos e vida média de 73,1 anos (Tabela 1.3). Contudo, em termos regionais, verifica-se um persistente padrão de disparidades no tocante a esse indicador. As esperanças de vida, em 2009, variaram de 67,6 anos em Alagoas a 75,8 anos no Distrito Federal e em Santa Catarina, determinando um diferencial de praticamente 9 anos. Destacadamente, Espírito Santo ocupa a 8<sup>a</sup> posição no *ranking* nacional, 74,1 anos (Tabela A.3 do Anexo).

**Tabela 1.3 - Esperança de vida ao nascer: Brasil e Espírito Santo, 2001 a 2009**

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	68,9	71,0	71,3	71,7	71,9	72,4	72,7	73,0	73,1
Espírito Santo	70,5	70,7	71,0	72,9	73,1	73,4	73,7	74,0	74,3

Fontes: Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02), População e Desenvolvimento: Sistematização das Medidas e Indicadores Sociodemográficos Oriundos da Projeção da População por Sexo e Idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o Período 1991/2030; e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

## Migração<sup>7</sup>

Movimentos, ou fluxos migratórios, são correntes populacionais que se deslocam de uma área configurada como de expulsão para uma área de atração. Como correspondentes dos conceitos de atração e expulsão aparecem os de origem e destino dos fluxos, ou seja, locais caracterizados como de alta frequência enquanto pontos de chegada e de saída de migrantes, estando referidos, em geral, aos municípios, estados ou regiões do País.

Os movimentos migratórios interestaduais desempenharam papel representativo na composição da população capixaba ao longo dos últimos anos. De uma população que variou entre 3,1 milhões e 3,5 milhões de habitantes entre 2001 e 2009, em média, 81,0% correspondiam a pessoas nascidas no Espírito Santo (naturais), e 19,0% a pessoas nascidas em outros estados brasileiros ou em

<sup>6</sup> A análise comparativa da taxa bruta de mortalidade exigiria a aplicação de método de padronização por idade, técnica com a qual é possível eliminar o efeito da composição etária sobre os indicadores que desejamos comparar, ajustando-os segundo uma mesma distribuição etária padrão. Essa técnica pode ser processada direta (padronização direta) ou indiretamente (padronização indireta), dependendo das informações básicas disponíveis (CARVALHO, 1998).

<sup>7</sup> Para quantificar a evolução dos movimentos migratórios interestaduais, foi utilizado o quesito data fixa, em que são identificados os indivíduos residentes em uma Unidade da Federação (UF) que declararam outra UF de residência exatamente cinco anos antes da data de referência da PNAD, permitindo levantar para cada UF, o número de imigrantes e o número de emigrantes de data fixa. A diferença entre esses dois números possibilita o cálculo da migração líquida, o que corresponde ao ganho líquido populacional de uma UF em

outros países (não-naturais). Essa elevada proporção de residentes não-naturais na população capixaba pode ser associada pela posição de destaque ocupada pelo Espírito Santo durante a década de 1990, como um dos estados com os maiores ganhos populacionais advindos dos fluxos migratórios internos.

Considerando a taxa líquida de migração, calculada para o Espírito Santo no período analisado, esta passou de 0,33 para 0,31 (Tabela 1.4). Isto significa que em 1996-2001, a população residente foi acrescida em 0,33% em função das migrações que ocorreram naqueles anos; no período seguinte (2004-2009), a população capixaba foi acrescida em mais 0,31%<sup>8</sup>.

**Tabela 1.4 - Evolução dos indicadores de movimentos migratórios: Espírito Santo, 2001 a 2009**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Imigrantes	117.084	128.485	122.053	105.251	143.271	133.729	70.416	83.903	107.421
Emigrante	68.943	97.316	74.641	109.827	87.627	83.198	77.008	58.104	55.942
Migração líquida	48.141	31.169	47.412	-4.576	55.644	50.531	-6.592	25.799	51.479
Migração bruta	186.027	225.801	196.694	215.078	230.898	216.927	147.424	142.007	163.363
Índice de eficiência migratória	0,259	0,138	0,241	-0,021	0,241	0,233	-0,045	0,182	0,315
Taxa de migração líquida	0,329	0,221	0,313	-0,027	0,349	0,317	-0,030	0,154	0,311

Fonte: IBGE - PNAD (2001 a 2009).

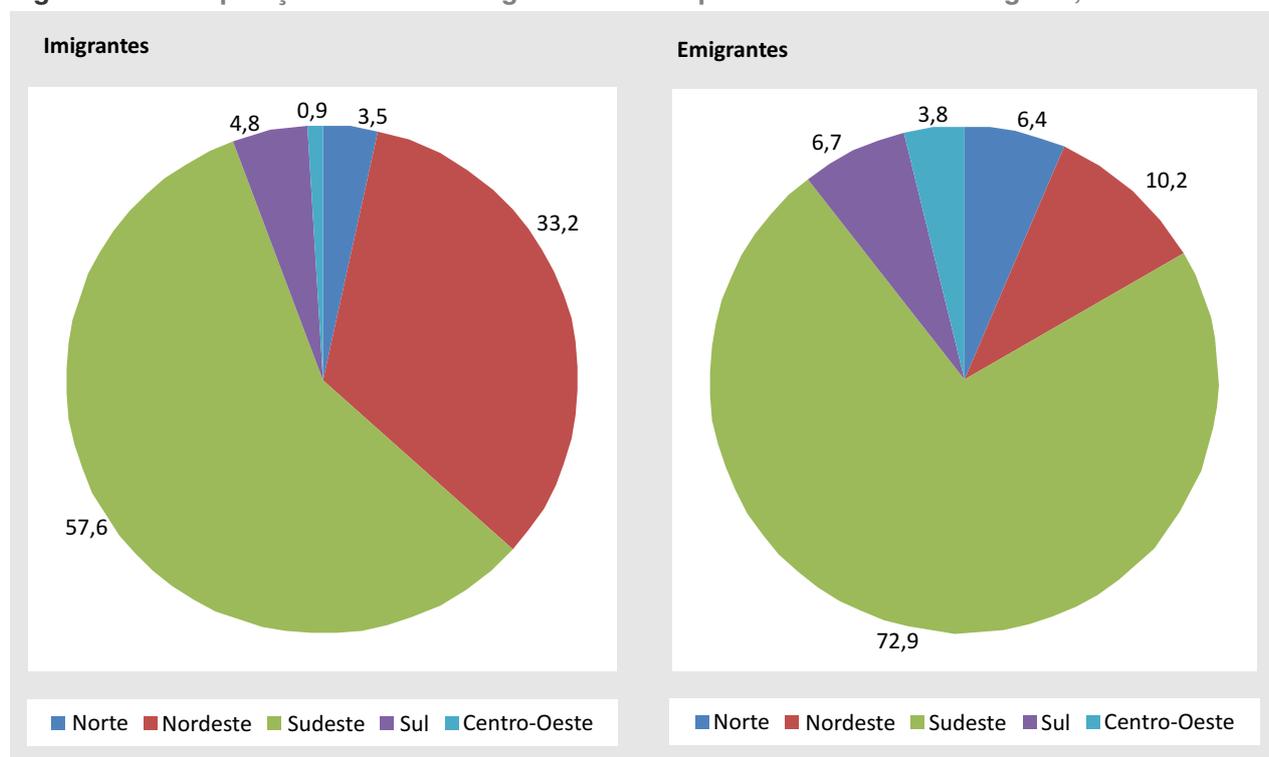
Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

Contudo, apesar dos ganhos populacionais apresentados pelo Espírito Santo, em função dos movimentos migratórios realizados com os demais estados brasileiros no período de 2001 a 2009, percebe-se que o fluxo de migrantes (migração bruta dada pela soma de imigrantes e emigrantes) apresenta reduções em seu nível, o que contribui para a diminuição do ritmo de crescimento da população capixaba.

Com base na composição dos fluxos migratórios apresentada na figura 1.9, 57,6% da população de imigrantes do Espírito Santo teve origem nos demais estados da região Sudeste e 33,2% em estados da região Nordeste. Os demais estados da região Sudeste (72,9%) e os estados da região Nordeste (10,2%) também foram os principais destinos dos emigrantes capixabas.

<sup>8</sup> Há necessidade de cautela ao tratar a migração com dados absolutos, uma vez o montante de pessoas que migram de certa unidade geográfica é função do estoque de população local. Por isso, ao longo deste estudo, adotou-se a taxa de migração líquida, isto é, a razão entre o saldo migratório e o estoque populacional (primeiro ano, média, último ano do quinquênio).

**Figura 1.9 - Composição dos fluxos migratórios do Espírito Santo: Grandes regiões, 2009**



Fonte: IBGE - PNAD (2001 a 2009).

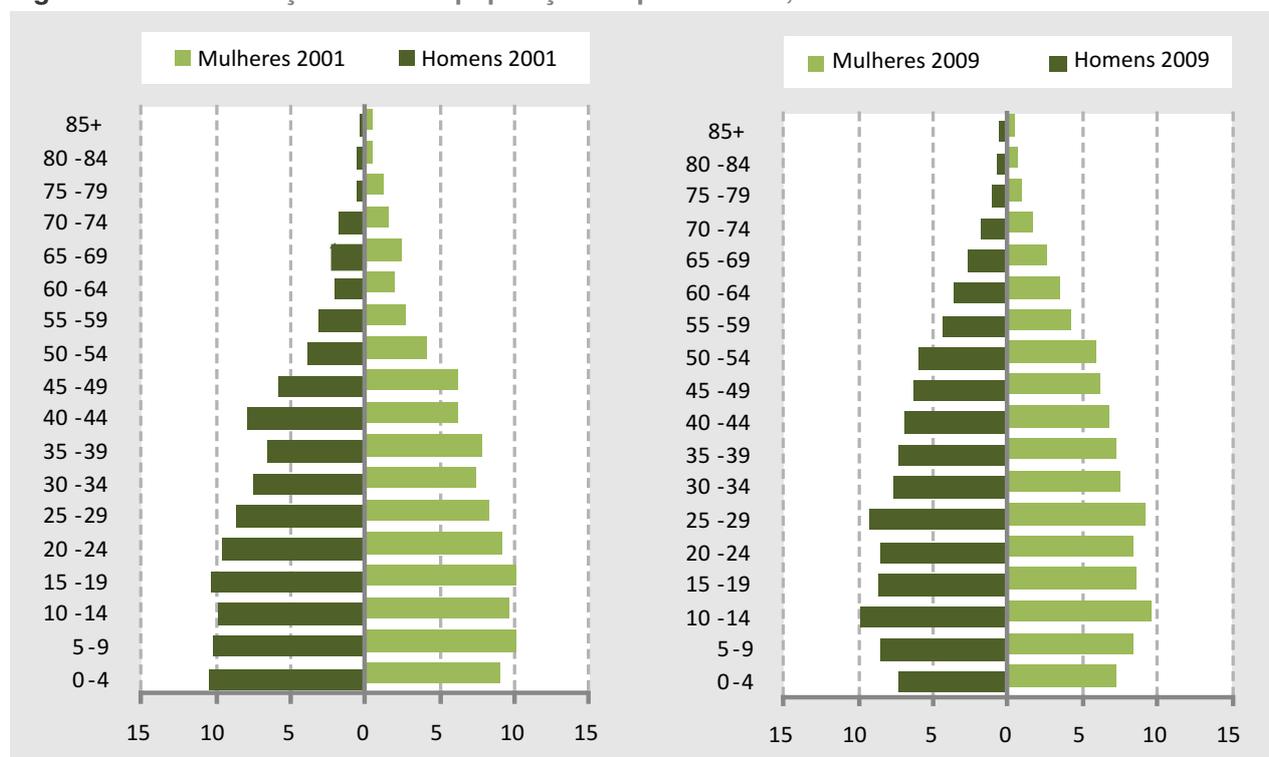
Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

### 1.3. Mudanças na Estrutura Etária da População Capixaba

O comportamento das variáveis demográficas natalidade, mortalidade e migração, além de determinarem a diminuição do ritmo da expansão populacional no Espírito Santo, apresentam uma segunda implicação: mudanças na distribuição etária e na oferta de força de trabalho da população estadual.

As mudanças na estrutura etária da população capixaba podem ser representadas pela comparação da pirâmide etária em dois momentos distintos, 2001 e 2009 (Figura 1.10), em que é possível verificar que a população do Espírito Santo avança em direção a um perfil envelhecido. A pirâmide que se refere a 2001 apresenta base mais larga em relação a 2009 - como resultado da diminuição da taxa de natalidade e fecundidade - e altura inferior - reflexo da maior longevidade da população capixaba.

**Figura 1.10 - Distribuição etária da população: Espírito Santo, 2001 e 2009**



Fonte: IBGE - PNAD (2001 a 2009).

Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

Na figura 1.11 pode ser observado que a população menor de 15 anos, que fora responsável por 27,6% da população total em 2001, passou a constituir 24,1% desta população em 2009. Por outro lado, a população idosa que respondia por 6,4% da população capixaba passou a responder por 7,1%. A população em idade ativa, principal determinante da oferta de força de trabalho, também aumentou a sua participação, de 66,3% para 68,7%. Além do envelhecimento da população total, a proporção da população “mais idosa”, de 80 anos e mais, também aumentou, o que alterou a composição etária dentro do próprio grupo: sua participação na população capixaba passou de 0,76% para 1,40% (Tabela A.4 do Anexo). Isto leva a uma heterogeneidade do segmento idoso e aumenta a demanda por cuidados de longa duração e requer pagamento de benefícios previdenciários e assistências por um período de tempo mais longo (IPEA, 2009).

Sob o ponto de vista demográfico, o envelhecimento populacional é o resultado da manutenção por um período de tempo razoavelmente longo de taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem (IPEA, 2009). No período de 2001 a 2009, a população do Espírito Santo apresentou taxas negativas de crescimento daqueles com idade abaixo de 30 anos, ante taxas positivas de crescimento daqueles com idade acima. A população de 80 anos ou mais apresentou a maior média anual de crescimento, 5,7%. As taxas médias de crescimento anual nos grupos de 0 a 14 anos e 25 a 29 anos foram de -0,55% e -0,19%, respectivamente. No grupo de 45 a 59 anos houve expansão de 4,32%.

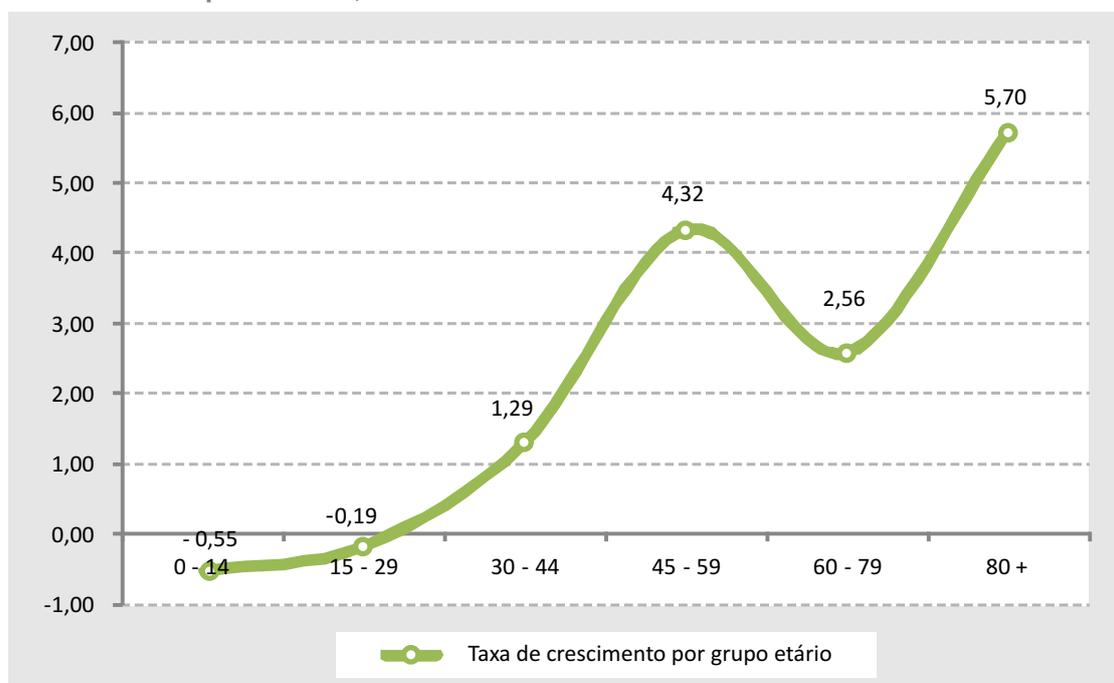
**Figura 1.11 - Composição populacional por grandes grupos etários: Espírito Santo, 2001 e 2009**



Fonte: IBGE - PNAD (2001 a 2009).

Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

**Figura 1.12 - Taxa média de crescimento anual por grupo etário: Espírito Santo, 2001/2009**



Fonte: IBGE - PNAD (2001 a 2009).

Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

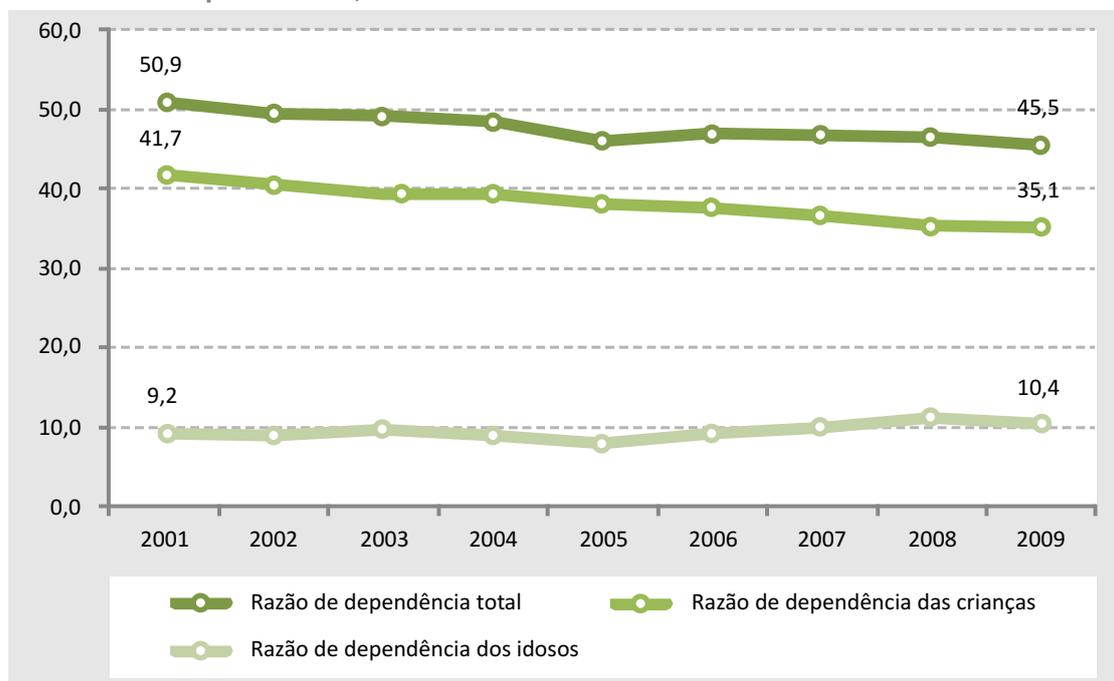
Segundo as estimativas do IPEA (2009), em menos de vinte anos, os únicos grupos populacionais que deverão apresentar crescimento positivo serão os de idade superior a 45 anos. Isso indica que, além do aumento dos gastos com benefícios previdenciários e assistenciais, haverá uma diminuição da oferta da força jovem de trabalho, e os novos empregos a serem gerados deverão se concentrar na população maior de 45 anos.

Para um melhor entendimento desse cenário, costuma-se utilizar o indicador de razão de dependência, que mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo (0 a 14 anos e mais 65 anos) e que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva (15 a 64 anos). Segundo Jannuzzi (2006), a razão de dependência é um indicador de maior especificidade à formulação de políticas que a simples taxa de natalidade e crescimento: valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade. É, contudo, menos sensível a variações de curto prazo.

No Espírito Santo, a razão de dependência total apresenta gradativo declínio; de 2001 a 2009 a relação entre a população inativa e a população em idade ativa reduziu de 50,9% para 45,5%. No entanto, essa redução é resultado de dois fatores: (i) o aumento da população em idade ativa, denominador da razão, provocado pela incorporação de coortes provenientes de épocas de alta fecundidade, e; (ii) a diminuição do peso da população jovem no contingente da população ativa diante da redução dos níveis de fecundidade e natalidade – a razão de dependência das crianças variou de 41,7% para 35,1%.

Esse dois fatores agem positivamente para o desenvolvimento da sociedade capixaba. No que se refere ao primeiro fator, o aumento do grupo etário de 15 a 64 anos contribui para o crescimento agregado da renda. Em relação ao segundo fator, a redução da proporção de jovens na população total contribui, estatisticamente, para redução da criminalidade, haja vista que esse grupo é o mais vitimado e também o indiciado nessa questão social. Para a educação, ocorre a redução da demanda por ampliação de vagas no sistema. Dessa forma, as oportunidades para o desenvolvimento residem na reversão de parte do crescimento das receitas fiscais e no aprofundamento da qualidade do sistema educacional e de assistência social, diante da menor pressão por ampliação da cobertura destes gastos.

**Figura 1.13 - Razão de dependência total, dos jovens e dos idosos: Espírito Santo, 2001 a 2009**



Nota: para calcular a Razão de Dependência das crianças e a Razão de Dependência dos idosos, deve se considerar no numerador, respectivamente, apenas os jovens (menores de 15 anos) ou os idosos (60 e mais anos). O denominador da razão mantém-se constante.

Fonte: IBGE - PNAD (2001 a 2009). Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

Por sua vez, a população idosa experimentou a elevação de sua participação relativa na população de 15 a 64 anos de 9,2% para 10,4% (Figura 1.13). No longo prazo, isso deve demandar mais esforço de planejamento no campo das políticas públicas pois, além de provocar mudanças no perfil epidemiológico da população, o envelhecimento populacional demandará um volume crescentemente mais elevado de recursos públicos destinados à saúde: parte da atenção voltada às doenças infecto-contagiosas, predominantes nos mais jovens, deverá ser destinada às doenças crônicas – diabetes, hipertensão, neoplasias – predominantes nas populações de idade mais avançada (VESCOVI e TRINDADE, 2010).

Além disso, na medida em que a participação da população idosa, já retirada do mercado de trabalho, torna-se maior, o crescimento da renda se torna potencialmente menor, e os sistemas previdenciários passam a sobrecarregar a geração em idade ativa. Isso revela que o problema previdenciário, em particular, pode ser explosivo para a sociedade por conta das regras prevaletentes e representa um risco real não somente à segurança econômica dos idosos, mas também ao crescimento econômico capixaba dos próximos anos (VESCOVI e TRINDADE, 2010).

## 2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança/ Ministério da Saúde, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRUSCHINI, M. C. Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985 – 1995. Textos FCC. São Paulo: FCC/DPE, 1998.

CARVALHO, J. A. M.; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia. 2. ed. rev. São Paulo: ABEP, 1998.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. PNAD 2008: Primeiras análises. Demografia, trabalho e previdência. Comunicado da Presidência n. 31. Ipea: Rio de Janeiro, 2009.

JANNUZZI, P.M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed., Campinas, Alínea, 2006.

MARTINE, G. Relatório sobre a Situação da População Mundial: Desencadeando o Potencial do Crescimento Urbano, New York, UNFPA, 2007. Disponível em: [http://www.unfpa.org.br/pcp\\_publicacoes.htm](http://www.unfpa.org.br/pcp_publicacoes.htm).

SOUZA, L. E. S. Elementos de Demografia Econômica. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

VESCOVI, A.P.; TRINDADE, L.Z. Desafios da demografia. A Gazeta, Vitória, 01/10/2010.

**APÊNDICE**
**Tabela A.1 - Taxa bruta de natalidade: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, 2001 a 2009**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Brasil</b>	<b>20,9</b>	<b>21,0</b>	<b>20,9</b>	<b>20,6</b>	<b>20,4</b>	<b>17,3</b>	<b>16,7</b>	<b>16,2</b>	<b>15,8</b>
<b>Norte</b>	<b>28,5</b>	<b>28,2</b>	<b>27,9</b>	<b>24,0</b>	<b>22,9</b>	<b>21,9</b>	<b>21,1</b>	<b>20,5</b>	<b>20,0</b>
Rondônia	25,5	25,2	24,9	21,6	20,8	20,1	19,4	18,9	18,4
Acre	28,8	28,4	27,9	27,1	26,3	25,6	25,1	24,5	23,9
Amazonas	31,3	31,0	30,8	24,7	23,4	22,1	21,3	20,7	20,2
Roraima	29,4	28,9	28,4	30,9	30,4	29,8	29,5	29,2	28,8
Pará	27,8	27,4	27,0	23,3	22,1	21,0	20,1	19,4	18,9
Amapá	29,8	29,3	28,9	30,3	29,7	29,1	28,7	28,3	28,0
Tocantins	28,7	28,6	28,5	22,4	21,4	20,5	19,7	19,1	18,5
<b>Nordeste</b>	<b>23,9</b>	<b>23,7</b>	<b>23,4</b>	<b>21,5</b>	<b>20,8</b>	<b>20,2</b>	<b>19,7</b>	<b>19,3</b>	<b>18,9</b>
Maranhão	25,6	25,3	24,9	24,3	23,4	22,4	21,7	21,2	20,6
Piauí	23,7	23,5	23,2	22,6	22,0	21,4	20,9	20,4	19,9
Ceará	27,1	27,1	26,9	20,9	20,2	19,4	18,9	18,4	18,0
Rio Grande do Norte	22,9	22,7	22,5	20,0	19,5	18,9	18,6	18,3	18,0
Paraíba	23,4	23,0	22,6	19,5	18,9	18,4	18,0	17,7	17,5
Pernambuco	21,5	21,3	21,1	19,2	18,7	18,2	17,9	17,7	17,4
Alagoas	27,9	27,5	27,1	26,2	25,5	24,8	24,2	23,7	23,2
Sergipe	25,6	25,4	25,2	23,1	22,5	21,9	21,4	20,9	20,4
Bahia	21,9	21,8	21,5	21,3	20,7	20,1	19,7	19,3	18,8
<b>Sudeste</b>	<b>18,5</b>	<b>18,4</b>	<b>18,2</b>	<b>16,8</b>	<b>16,1</b>	<b>15,5</b>	<b>14,9</b>	<b>14,2</b>	<b>13,7</b>
Minas Gerais	19,3	19,2	19,0	17,5	17,0	16,5	16,0	15,6	15,1
Espírito Santo	19,7	19,5	19,3	18,2	17,9	17,5	17,2	16,9	16,5
Rio de Janeiro	16,5	16,3	16,1	16,6	15,7	14,7	13,8	12,8	12,0
São Paulo	18,8	18,7	18,6	16,4	15,7	15,1	14,5	13,9	13,3
<b>Sul</b>	<b>18,3</b>	<b>18,1</b>	<b>17,9</b>	<b>15,7</b>	<b>14,8</b>	<b>14,0</b>	<b>13,4</b>	<b>12,8</b>	<b>12,3</b>
Paraná	19,4	19,1	18,8	16,5	15,5	14,7	14,1	13,4	13,0
Santa Catarina	18,2	18,0	17,8	15,9	15,1	14,3	13,6	13,0	12,5
Rio Grande do Sul	17,3	17,2	17,1	14,8	13,9	13,2	12,6	12,0	11,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>20,3</b>	<b>20,0</b>	<b>19,7</b>	<b>19,1</b>	<b>18,5</b>	<b>17,9</b>	<b>17,3</b>	<b>16,8</b>	<b>16,4</b>
Mato Grosso do Sul	20,7	20,5	20,3	18,9	18,4	18,1	17,7	17,3	17,0
Mato Grosso	22,2	21,8	21,4	20,1	19,4	18,8	18,3	17,8	17,4
Goias	18,9	18,6	18,2	18,6	17,9	17,2	16,5	15,8	15,2
Distrito Federal	21,2	21,0	20,7	19,2	18,8	18,4	18,0	17,7	17,3

Fontes: Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02), População e Desenvolvimento: Sistematização das Medidas e Indicadores Sociodemográficos Oriundos da Projeção da População por Sexo e Idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o Período 1991/2030; e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

**Tabela A.2 - Taxa de fecundidade total: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, 2001 a 2009**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Brasil</b>	<b>2,38</b>	<b>2,40</b>	<b>2,30</b>	<b>2,30</b>	<b>2,29</b>	<b>2,00</b>	<b>1,95</b>	<b>1,89</b>	<b>1,94</b>
<b>Norte</b>	<b>3,20</b>	<b>3,0</b>	<b>2,92</b>	<b>2,57</b>	<b>2,45</b>	<b>2,34</b>	<b>2,60</b>	<b>2,37</b>	<b>2,51</b>
Rondônia	2,73	2,7	2,64	2,32	2,24	2,17	1,92	1,89	2,32
Acre	3,43	3,10	3,02	2,98	2,89	2,81	3,10	2,91	2,96
Amazonas	3,40	3,30	3,23	2,62	2,47	2,34	2,22	2,57	2,38
Roraima	3,20	3,10	3,02	3,38	3,33	3,27	2,70	2,32	2,20
Pará	3,16	2,90	2,89	2,50	2,37	2,25	2,51	2,40	2,51
Amapá	3,60	3,00	2,90	3,19	3,12	3,05	2,66	2,69	2,87
Tocantins	2,93	3,00	3,02	2,40	2,30	2,21	2,26	2,07	2,60
<b>Nordeste</b>	<b>2,70</b>	<b>2,40</b>	<b>2,41</b>	<b>2,31</b>	<b>2,24</b>	<b>2,19</b>	<b>2,29</b>	<b>2,12</b>	<b>2,04</b>
Maranhão	3,21	2,60	2,53	2,60	2,49	2,38	2,58	2,67	2,31
Piauí	2,66	2,30	2,30	2,37	2,31	2,26	2,19	2,20	2,05
Ceará	2,84	3,00	2,92	2,32	2,22	2,14	2,08	2,13	2,15
Rio Grande do Norte	2,54	2,40	2,39	2,16	2,10	2,05	2,38	1,91	2,11
Paraíba	2,53	2,40	2,34	2,10	2,04	1,99	2,18	2,73	2,25
Pernambuco	2,48	2,20	2,14	2,06	2,01	1,97	2,30	2,21	2,06
Alagoas	3,14	2,90	2,83	2,89	2,83	2,77	2,22	2,63	2,29
Sergipe	2,75	2,70	2,63	2,48	2,42	2,37	2,08	2,28	1,84
Bahia	2,50	2,20	2,16	2,26	2,21	2,17	1,90	1,86	1,87
<b>Sudeste</b>	<b>2,10</b>	<b>2,10</b>	<b>2,07</b>	<b>1,93</b>	<b>1,86</b>	<b>1,80</b>	<b>1,62</b>	<b>1,63</b>	<b>1,75</b>
Minas Gerais	2,22	2,10	2,11	2,01	1,96	1,92	1,84	1,84	1,67
Espírito Santo	2,16	2,10	2,07	1,99	1,96	1,93	1,88	1,72	1,88
Rio de Janeiro	2,04	1,90	1,89	1,96	1,88	1,77	1,57	1,54	1,63
São Paulo	2,05	2,10	2,11	1,87	1,80	1,74	1,62	1,57	1,78
<b>Sul</b>	<b>2,20</b>	<b>2,10</b>	<b>2,08</b>	<b>1,87</b>	<b>1,77</b>	<b>1,68</b>	<b>1,78</b>	<b>1,88</b>	<b>1,92</b>
Paraná	2,31	2,10	2,12	1,91	1,81	1,72	1,82	1,69	1,84
Santa Catarina	2,22	2,10	2,05	1,86	1,77	1,68	1,87	1,95	2,08
Rio Grande do Sul	2,17	2,10	2,07	1,83	1,73	1,64	1,67	1,84	1,93
<b>Centro-Oeste</b>	<b>2,30</b>	<b>2,10</b>	<b>2,06</b>	<b>2,05</b>	<b>2,00</b>	<b>1,95</b>	<b>2,01</b>	<b>1,91</b>	<b>1,93</b>
Mato Grosso do Sul	2,40	2,30	2,23	2,12	2,08	2,05	1,69	2,00	1,82
Mato Grosso	2,47	2,30	2,31	2,19	2,13	2,08	2,35	2,13	2,32
Goiás	2,24	1,90	1,91	2,02	1,96	1,90	1,87	1,85	1,84
Distrito Federal	1,96	2,00	1,97	1,89	1,87	1,85	1,82	1,77	1,84

Fontes: Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02), População e Desenvolvimento: Sistematização das Medidas e Indicadores Sociodemográficos - Oriundos da Projeção da População por Sexo e Idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o Período 1991/2030; e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

**Tabela A.3 - Esperança de vida ao nascer: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, 2001 a 2009**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Brasil</b>	<b>68,9</b>	<b>71,0</b>	<b>71,3</b>	<b>71,7</b>	<b>71,9</b>	<b>72,4</b>	<b>72,7</b>	<b>73,0</b>	<b>73,1</b>
<b>Norte</b>	<b>68,8</b>	<b>69,0</b>	<b>69,3</b>	<b>70,7</b>	<b>71,0</b>	<b>71,3</b>	<b>71,6</b>	<b>71,9</b>	<b>72,2</b>
Rondônia	68,6	68,8	69,1	70,3	70,6	70,9	71,2	71,5	71,8
Acre	68,6	68,9	69,1	70,5	70,8	71,1	71,4	71,7	72,0
Amazonas	69,2	69,4	69,7	70,7	71,0	71,3	71,6	71,9	72,2
Roraima	67,8	68,1	68,4	69,0	69,3	69,6	69,9	70,3	70,6
Pará	69,1	69,3	69,6	71,1	71,4	71,7	72,0	72,2	72,5
Amapá	69,3	69,6	69,8	69,4	69,8	70,1	70,4	70,7	71,0
Tocantins	68,7	69,0	69,3	70,4	70,7	71,0	71,3	71,6	71,9
<b>Nordeste</b>	<b>66,1</b>	<b>66,4</b>	<b>66,7</b>	<b>68,6</b>	<b>69,0</b>	<b>69,4</b>	<b>69,7</b>	<b>70,1</b>	<b>70,4</b>
Maranhão	65,1	65,4	65,7	66,4	66,8	67,2	67,6	68,0	68,4
Piauí	66,0	66,2	66,5	67,8	68,2	68,6	68,9	69,3	69,7
Ceará	66,7	66,9	67,2	69,2	69,6	69,9	70,3	70,6	71,0
Rio Grande do Norte	66,7	67,0	67,3	69,4	69,8	70,1	70,4	70,8	71,1
Paraíba	64,8	65,0	65,3	67,9	68,3	68,6	69,0	69,4	69,8
Pernambuco	64,0	64,3	64,6	67,1	67,5	67,9	68,3	68,7	69,1
Alagoas	63,5	63,8	64,0	65,5	66,0	66,4	66,8	67,2	67,6
Sergipe	67,5	67,8	68,1	69,9	70,3	70,6	70,9	71,3	71,6
Bahia	68,0	68,2	68,5	71,2	71,4	71,7	72,0	72,3	72,6
<b>Sudeste</b>	<b>69,8</b>	<b>70,0</b>	<b>70,1</b>	<b>73,2</b>	<b>73,5</b>	<b>73,8</b>	<b>74,1</b>	<b>74,3</b>	<b>74,6</b>
Minas Gerais	70,7	70,9	71,2	73,8	74,1	74,4	74,6	74,9	75,1
Espírito Santo	70,5	70,7	71,0	72,9	73,1	73,4	73,7	74,0	74,3
Rio de Janeiro	67,8	68,0	68,1	72,1	72,4	72,8	73,1	73,4	73,7
São Paulo	70,2	70,3	70,5	73,4	73,7	73,9	74,2	74,5	74,8
<b>Sul</b>	<b>71,3</b>	<b>71,5</b>	<b>71,7</b>	<b>73,9</b>	<b>74,2</b>	<b>74,4</b>	<b>74,7</b>	<b>75,0</b>	<b>75,2</b>
Paraná	70,6	70,8	71,0	73,2	73,5	73,8	74,1	74,4	74,7
Santa Catarina	71,6	71,7	71,9	74,5	74,8	75,0	75,3	75,5	75,8
Rio Grande do Sul	71,8	72,0	72,1	74,2	74,5	74,8	75,0	75,3	75,5
<b>Centro-Oeste</b>	<b>69,7</b>	<b>69,9</b>	<b>70,1</b>	<b>72,9</b>	<b>73,2</b>	<b>73,5</b>	<b>73,7</b>	<b>74,0</b>	<b>74,3</b>
Mato Grosso do Sul	70,7	70,9	71,1	72,9	73,2	73,5	73,8	74,0	74,3
Mato Grosso	69,5	69,7	70,0	72,3	72,6	72,9	73,1	73,4	73,7
Goiás	69,8	70,1	70,3	72,5	72,8	73,1	73,4	73,6	73,9
Distrito Federal	69,1	69,2	69,4	74,6	74,9	75,1	75,3	75,6	75,8

Fontes: Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02), População e Desenvolvimento: Sistematização das Medidas e Indicadores Sociodemográficos Oriundos da Projeção da População por Sexo e Idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o Período 1991/2030; e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

**Tabela A.4 - População residente no Espírito Santo por faixa etária, 2001 a 2009**

Faixa etária	1991	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
0-4	229.883	255.928	264.340	246.439	265.440	280.106	248.495	244.073	258.404	245.792
5-9	304.664	309.950	292.982	307.951	308.823	298.032	293.653	289.251	262.224	273.936
10-14	312.953	311.736	314.250	307.496	301.436	293.886	323.946	320.670	308.951	319.912
15-19	273.704	319.921	347.543	335.202	301.890	323.283	309.018	296.881	312.771	287.536
20-24	249.489	317.203	314.270	324.408	327.319	343.477	335.228	300.199	309.413	296.932
25-29	234.511	266.384	241.694	267.115	262.194	283.766	282.826	314.468	295.120	305.371
30-34	213.412	239.131	239.861	241.305	257.133	247.517	271.085	264.028	246.001	282.405
35-39	183.784	232.338	230.621	242.247	238.650	234.189	234.024	237.885	239.816	257.064
40-44	142.144	225.534	226.446	230.952	239.589	226.854	230.422	243.585	255.076	232.661
45-49	105.820	201.466	205.652	199.990	204.035	216.732	208.281	198.872	233.155	228.439
50-54	87.465	133.870	163.134	154.926	173.103	183.700	196.967	212.183	194.525	207.803
55-59	76.098	94.838	99.824	113.142	122.329	130.425	135.986	156.530	154.461	166.987
60-64	63.381	73.511	85.034	79.339	100.183	96.893	96.234	101.817	112.028	126.662
65-69	48.852	73.512	65.164	77.923	62.777	60.623	70.025	83.261	80.090	88.187
70-74	31.629	58.985	61.461	61.965	53.085	49.592	65.963	61.370	71.999	69.421
75-79	21.335	30.403	36.972	39.433	42.940	38.113	43.377	47.088	57.207	41.746
80-84	12.248	19.511	18.950	20.188	28.621	16.071	17.170	25.217	30.996	26.736
85+	7.449	11.799	13.400	13.610	13.387	17.910	16.260	16.648	25.266	22.046
<b>Total</b>	<b>2.598.820</b>	<b>3.176.020</b>	<b>3.221.598</b>	<b>3.263.631</b>	<b>3.302.934</b>	<b>3.341.169</b>	<b>3.378.960</b>	<b>3.414.026</b>	<b>3.447.503</b>	<b>3.479.636</b>

Fonte: IBGE - PNAD (2001 a 2009).

Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

**Tabela A.5 - Indicadores demográficos do Espírito Santo, 2001 a 2009**

Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
População total	3.176.020	3.221.598	3.263.631	3.302.934	3.341.169	3.378.960	3.414.026	3.447.503	3.479.636
Homens	1.559.183	1.564.801	1.636.964	1.614.306	1.637.548	1.671.166	1.659.922	1.683.930	1.712.588
Mulheres	1.618.653	1.656.797	1.626.667	1.688.628	1.703.621	1.707.794	1.754.104	1.763.573	1.767.048
Composição da população por gênero (%)									
Homens	49,1	48,6	50,2	48,9	49	49,5	48,6	48,8	49,2
Mulheres	51	51,4	49,8	51,1	51	50,5	51,4	51,2	50,8
Índice de masculinidade total (%)	96,3	94,4	100,6	95,6	96,1	97,9	94,6	95,5	96,9
Grupos etários									
Jovem - 0 a 14 anos	877.614	871.572	861.886	875.699	872.024	866.094	853.994	829.579	839.640
Adulto - 15 a 64 anos	2.104.196	2.154.079	2.188.626	2.226.425	2.286.836	2.300.071	2.326.448	2.352.366	2.391.860
Idoso - 65 anos ou mais	194.210	195.947	213.119	200.810	182.309	212.795	233.584	265.558	248.136
Composição da população por grupos etários (%)									
Jovem - 0 a 14 anos	27,6	27,1	26,4	26,5	26,1	25,6	25	24,1	24,1
Adulto - 15 a 64 anos	66,3	66,9	67,1	67,4	68,4	68,1	68,1	68,2	68,7
Idoso - 65 anos ou mais	6,1	6,1	6,5	6,1	5,5	6,3	6,8	7,7	7,1
Razão de dependência (%)	50,9	49,6	49,1	48,4	46,1	46,9	46,7	46,6	45,5
Índice de envelhecimento (%)	22,1	22,5	24,7	22,9	20,9	24,6	27,4	32	29,6
Idade média	29,6	30	30,3	30,6	30,3	31	31,8	32,4	32,5

Fonte: IBGE - PNAD (2001 a 2009).  
 Elaboração: IJSN. Coordenação de Estudos Econômicos – Rede de Estudos de Economia do Setor Público e Bem-Estar.

**Editoração**

Arthur Ceruti Quintanilha

João Vitor André